

IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS FOTOVOLTAICOS EM COMUNIDADES REMOTAS NO ESTADO DO AMAPÁ: A POLÍTICA PÚBLICA, DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Coracy da Silva Fosenca – coracy-fonseca@unifap.br

Felipe Monteiro – felipe.monteiro@unifap.br

Alaan Ubaiara Brito – aubrito@unifap.br

Universidade Federal do Amapá, Departamento de Ciências Exatas e Tecnológicas

Resumo. Este trabalho de pesquisa analisou a política pública de revitalização de sistemas fotovoltaicos executada no âmbito do Programa Luz para Todos no estado do Amapá. Os sistemas revitalizados são os que foram instalados pelo extinto Programa de Desenvolvimento Energético nos Estados e Municípios (PRODEEM), e que se encontravam fora de operação. A pesquisa qualitativo-quantitativa foi de campo, envolvendo os órgãos responsáveis e comunidades onde tais sistemas foram instalados. Seu objetivo foi analisar o procedimento das revitalizações e elencar os desafios e as possibilidades da utilização dessa tecnologia. Na análise, verificou-se que as revitalizações foram executadas em desacordo com as orientações do PRODEEM antes de sua incorporação ao Programa Luz para Todos, onde se concluiu que se repetiram os mesmos erros do passado.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Sistema Fotovoltaico, Comunidades Remotas.

1. INTRODUÇÃO

É inegável que na atualidade a energia elétrica desempenha um papel de fundamental importância do desenvolvimento da sociedade. Contudo, sua introdução foi dirigida, principalmente, às áreas urbanas e aos lugares com maior potencial de crescimento econômico, ocasionando assim, uma disparidade acentuada entre o índice de exclusão elétrica rural e urbano. Com o passar do tempo, essa diferença se tornou menor em decorrência das políticas públicas adotadas pelo Ministério de Minas e Energia (MME) de universalizar a energia elétrica, no qual, pode-se visualizar na Fig. 1 e Tab. 1 a redução da exclusão elétrica de forma acentuada no meio rural para o período entre 2000 e 2013 em comparação ao meio urbano.

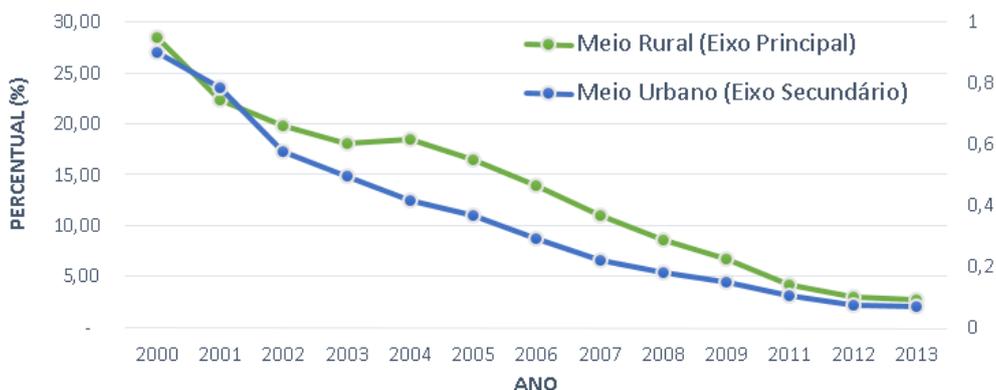


Figura 1 – Comparação da Exclusão de Energia Elétrica no Meio Rural e Urbano (Fonte: Adaptado de IBGE, 2015).

Tabela 1 – Dados da Comparação da Exclusão de Energia Elétrica no Meio Rural e Urbano (Fonte: Adaptado de IBGE, 2015).

| ANO | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2011 | 2012 | 2013 |
|---------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|-------|-------|-------|-------|-------|
| RURAL | 28,50% | 22,37% | 19,81% | 18,08% | 18,49% | 16,53% | 13,93% | 10,93% | 8,60% | 6,67% | 4,22% | 2,98% | 2,63% |
| URBANO | 0,90% | 0,78% | 0,57% | 0,50% | 0,41% | 0,36% | 0,29% | 0,22% | 0,18% | 0,15% | 0,10% | 0,07% | 0,07% |

Este resultado é fruto de alguns programas de eletrificação que foram direcionados para melhoria do atendimento do serviço de energia elétrica no Brasil, tais como o Programa de Desenvolvimento Energético nos Estados e Municípios (PRODEEM), o Programa Nacional de Eletrificação Rural “Luz no Campo”, o Projeto de Centros Comunitários de Produção (CCP) e o Programa de Universalização da Energia Elétrica “Luz para Todos” (Fugimoto, 2005).

Em se tratando das localidades remotas onde não foi possível o atendimento por extensão da rede elétrica convencional, a geração descentralizada por meio de sistemas solar fotovoltaicos foi bastante empregada com muitos sistemas instalados no âmbito do PRODEEM, que teve sua criação em 1994 (Galdino & Lima, 2002). Todavia, muitos desses sistemas foram abandonados por diversos problemas, entre eles: técnicos, manutenção e outros.

No estado do Amapá, por exemplo, foram instalados 48 sistemas fotovoltaicos, no período de 1998 a 2003. Esses sistemas foram instalados em 11 municípios, sendo: Amapá (8); Calçoene (5); Ferreira Gomes (1); Laranjal do Jari (2); Macapá (4); Santana (2); Mazagão (15); Oiapoque (2); Tartarugalzinho (6); Pedra Branca do Amapari (1) e Pracuúba (2). Desses sistemas 39 tiveram insucesso, ou seja, 81,25% permaneceu fora de operação (Eletrobrás-Eletronorte, 2013).

No ano de 2003, por recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU), houve uma reformulação e revitalização no programa que passou a se chamar PRC-PRODEEM, tal plano tinha como objetivo uma maior sustentabilidade do mesmo, tendo como ênfase: a participação comunitária; promoção da descentralização de ações; inclusão de novos parceiros; criação de sistema gerencial e de indicadores de desempenho; alinhamento e comprometimento dos agentes envolvidos; capacitação de agentes voltados para a operação; manutenção e assistência técnica (MME, 2004; Poppe, 2003). Tal plano não chegou a ser executado, pois ainda em 2003, o programa foi incorporado pelo programa Luz para Todos.

No âmbito do programa Luz para Todos, os sistemas fotovoltaicos instalados no Estado do Amapá ou foram revitalizados (19 sistemas, representando 48,71%) ou foram retirados. Os sistemas retirados foram devido ao fato da extensão da rede elétrica convencional ter contemplado tais localidades. No caso dos sistemas revitalizados, esses deveriam seguir as diretrizes estabelecidas no Guia de Revitalização e Capacitação do PRODEEM. Para os sistemas revitalizados, torna-se importante investigar como esse processo foi executado.

2. A REVITALIZAÇÃO DOS SISTEMAS FOTOVOLTAICOS NO ESTADO DO AMAPÁ

Nessa pesquisa de campo, deu-se ênfase em verificar no ano de 2014/2015 a atual situação dos sistemas fotovoltaicos revitalizados no âmbito do programa Luz para Todos, se haviam sido realizadas manutenções preventivas e corretivas no período de funcionamento, se estavam em plena operação e quais as políticas públicas adotadas, como: se esses sistemas fotovoltaicos foram revitalizados, se teve o acompanhamento por alguém da comunidade, se houve treinamento de pessoal para manter o sistema em pleno funcionamento e a qual órgão recorrer em caso de pane no sistema.

Os sistemas fotovoltaicos foram revitalizados pela Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) e Eletronorte, do total de sistemas revitalizados e instalados, se abordou uma amostragem estratificada de 13 sistemas alocados em diferentes localidades remotas do estado do Amapá, sendo elas (Eletrobrás-Eletronorte, 2013):

- Município de Oiapoque: Vila de Taperebá e Vila Velha do Cassiporé;
- Município de Calçoene: Carnot;
- Município de Amapá: Ilha do Maracá-Jipioca;
- Município de Pracuúba: Breu;
- Município de Tartarugalzinho: Lago Novo;
- Município de Ferreira Gomes: Tracajatuba de Baixo;
- Município de Pedra Branca do Amapari: Reserva Indígena Waiãpi;
- Município de Macapá: Torrão do Matapi e Arquipélago do Bailique;
- Município de Santana: Alto Pirativa;
- Município de Mazagão: Ponte do Breu; e
- Município de Laranjal do Jari: Água Branca do Cajari.

Desta maneira, é possível envolver grande parte dos municípios do estado do Amapá, adquirindo um fiel perfil do grau de dificuldade em implementar os sistemas fotovoltaicos na região, como pode ser visualizado na Fig. 2. Nesse aspecto, se decidiu criar uma escala que pudesse mensurar o grau de dificuldade de acesso as localidades por meio do tipo de acesso, tipo de localidade e liberdade de visita, podendo ser visualizada na Tab. 2.

Tabela 2 – Grau de Dificuldade de Acesso às Localidades.

| TIPO DE ACESSO | ÁREA PROTEGIDA | AUTORIZAÇÃO PARA VISITA | GRAU DE DIFICULDADE |
|------------------------|----------------|-------------------------|---------------------|
| RODOVIÁRIA COM ASFALTO | NÃO | NÃO | 1 |
| RODOVIÁRIA SEM ASFALTO | NÃO | NÃO | 2 |
| RODOVIÁRIA SEM ASFALTO | SIM | NÃO | 3 |
| RODOVIÁRIA SEM ASFALTO | SIM | SIM | 4 |
| FLUVIAL | NÃO | NÃO | 5 |
| FLUVIAL | SIM | NÃO | 6 |
| FLUVIAL | SIM | SIM | 7 |
| MARÍTIMO | NÃO | NÃO | 8 |
| MARÍTIMO | SIM | NÃO | 9 |
| MARÍTIMO | SIM | SIM | 10 |

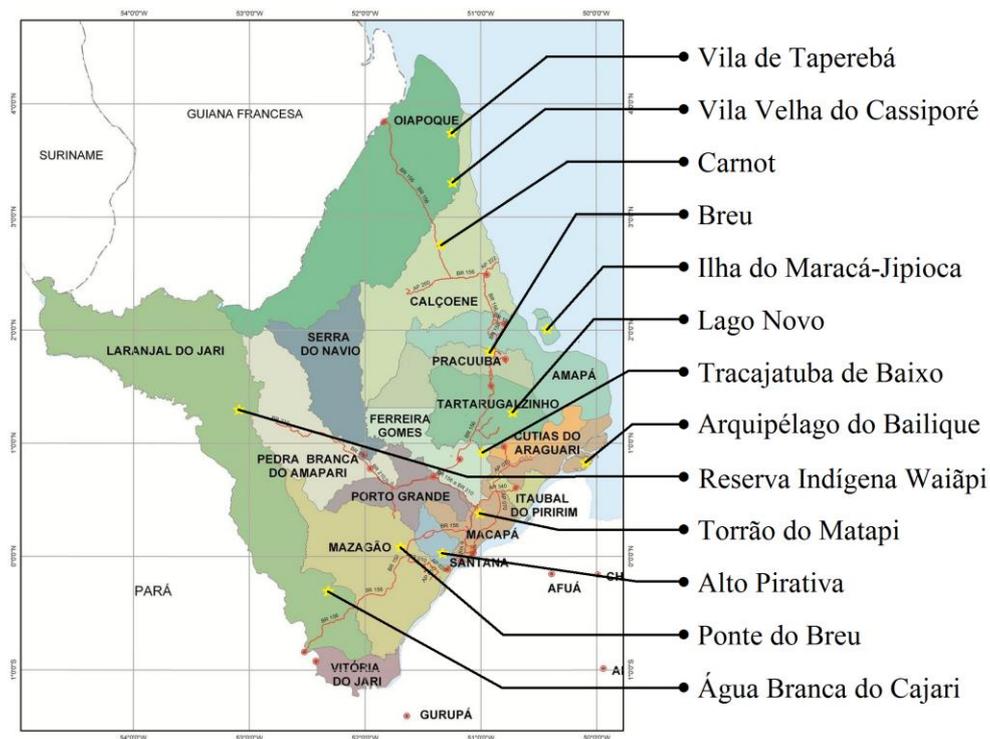


Figura 2 – Localização Geográfica dos Sistemas Fotovoltaicos no Estado do Amapá (Fonte: Adaptado de MPAP, 2011).

2.1 Vila de Taperebá

Localizada no Parque Nacional do Cabo Orange, município de Oiaipoque. Possui um sistema fotovoltaico instalado na escola da comunidade que teve sua revitalização em outubro de 2005 pela Eletronorte e entregue à responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). A revitalização foi acompanhada por um funcionário do ICMBio, entretanto, sem treinamento de como proceder com a manutenção. Atualmente o sistema fotovoltaico encontra-se fora de operação por falta de bateria e o grau de dificuldade de acesso foi 10.

2.2 Vila Velha do Cassiporé

É um assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) criado em 1999, localizado no município de Oiaipoque às margens do rio Cassiporé. Possui um sistema fotovoltaico instalado no posto médico da comunidade que teve sua revitalização em novembro de 2005 pela Eletronorte (Eletronorte, 2013). A revitalização foi acompanhada por um funcionário do INCRA que não recebeu treinamento de como proceder com a manutenção. Atualmente o sistema fotovoltaico encontra-se fora de operação por falta de bateria e o grau de dificuldade de acesso foi 5.

2.3 Carnot

É um assentamento do INCRA localizado no município de Calçoene, às margens da BR-156. Possuía um sistema fotovoltaico que teve sua instalação em 2003 pela Eletronorte na escola da comunidade, entretanto, em visita in loco, o sistema não foi localizado. O grau de dificuldade de acesso foi 3.

2.4 Ilha do Maracá-Jipioca

É uma estação ecológica localizada no litoral Atlântico do município do Amapá sob responsabilidade do ICMBio, seu acesso necessita de autorização do mesmo. Possui um sistema fotovoltaico revitalizado em dezembro de 2005 pela Eletronorte (Eletronorte, 2013). A revitalização foi acompanhada por um funcionário do ICMBio que recebeu instruções sobre o sistema, entretanto, não teve treinamento de como proceder com a manutenção. Atualmente o sistema encontra-se fora de operação por falta de bateria e o grau de dificuldade de acesso foi 10.

2.5 Breu

Localizado às margens da BR-156 no município de Pracuúba, possuía um sistema fotovoltaico instalado no posto de saúde que teve sua desativação em novembro de 2009 em decorrência de seu atendimento pela rede de distribuição elétrica convencional (Eletronorte, 2013). O grau de dificuldade de acesso foi 1.

2.6 Lago Novo

Localizada em um ramal a 42 Km da BR-156 no município de Tartarugalzinho, possuía um sistema fotovoltaico em um posto de saúde que foi instalado em 2003 e retirado em 2008 pela Eletronorte em decorrência de seu atendimento pela rede de distribuição elétrica convencional (Eletrobrás-Eletronorte, 2013). No momento da retirada, o sistema encontrava-se fora de operação e o grau de dificuldade de acesso foi 3.

2.7 Tracajatuba de Baixo

Localizado às margens do rio Araguari no município de Ferreira Gomes, possuía um sistema fotovoltaico instalado na escola da comunidade que teve sua retirada em 2008 pela Eletronorte em decorrência de seu atendimento pela rede de distribuição elétrica convencional (Eletrobrás-Eletronorte, 2013). O grau de dificuldade de acesso foi 5.

2.8 Reserva Indígena Waiãpi

Constituído por 49 aldeias e localizada nos municípios de Pedra Branca do Amapari e Laranjal do Jari (Iepé, 2011), seu acesso necessita de autorização da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Possui um sistema fotovoltaico instalado no posto de saúde que foi revitalizado em fevereiro de 2009 pela Eletronorte (Eletrobrás-Eletronorte, 2013). A revitalização teve o acompanhamento de um funcionário da FUNAI que recebeu instruções sobre o sistema, entretanto, não teve treinamento de como proceder com a manutenção. Atualmente o sistema encontra-se fora de operação por falta de bateria e o grau de dificuldade de acesso foi 4.

2.9 Arquipélago do Bailique

É um distrito do município de Macapá composto por 8 ilhas. Em uma dessas ilhas funciona a Escola Bosque que possui um sistema fotovoltaico que teve sua revitalização em novembro de 2008 pela Eletronorte (Eletrobrás-Eletronorte, 2013). A revitalização teve o acompanhamento de um funcionário da escola que recebeu instruções sobre o sistema, entretanto, não teve treinamento de como proceder com a manutenção. Atualmente o sistema encontra-se fora de operação por falta de bateria e o grau de dificuldade de acesso foi 4.

2.10 Torrão do Matapi

Localizado às margens da BR-156 no município de Macapá, possuía um sistema fotovoltaico instalado na escola da comunidade que foi retirado em janeiro de 2005 pela Eletronorte em decorrência de seu atendimento pela rede de distribuição elétrica convencional (Eletrobrás-Eletronorte, 2013). No momento da retirada, o sistema encontrava-se fora de operação por falta de bateria e o grau de dificuldade de acesso foi 2.

2.11 Ponte do Breu

Localizada na BR-156 no município de Mazagão, possuía um sistema fotovoltaico instalado na escola da comunidade. Entretanto, com o fechamento da escola, o sistema foi retirado em fevereiro de 2007 pela Eletronorte (Eletrobrás-Eletronorte, 2013). O grau de dificuldade de acesso foi 2.

2.12 Alto Pirativa

Localizado às margens do rio Pirativa no município de Santana, possuía um sistema fotovoltaico instalado na escola da comunidade em fevereiro de 1998 e retirado em março de 2010 pela Eletronorte em decorrência de seu atendimento pela rede de distribuição elétrica convencional (Eletrobrás-Eletronorte, 2013). O grau de dificuldade de acesso foi 2.

2.13 Água Branca do Cajari

É um distrito do município de Laranjal do Jari localizado em uma vicinal da BR-156. Possuía um sistema fotovoltaico instalado na escola da comunidade que foi retirado em maio de 2008 pela Eletronorte em decorrência de seu atendimento pela rede de distribuição elétrica convencional (Eletrobrás-Eletronorte, 2013). O grau de dificuldade de acesso foi 3.

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO

Embasado no referencial teórico, políticas públicas são constituídas de planejamento, implementação e avaliação. Seguindo a linha de raciocínio, o MME criou o PRODEEM e definiu critérios para a implantação dos sistemas

fotovoltaicos em comunidades remotas excluídas do fornecimento de energia elétrica, de maneira a universalizar o atendimento e consequentemente, melhorar a qualidade de vida na região. Dentro dos critérios estabelecidos, consta o treinamento de pessoal da comunidade para realizar a manutenção preventiva e corretiva, e assim, evitar o colapso do sistema. Entretanto, pode-se constatar que em nenhuma houve a preocupação do acompanhamento e nem de avaliar essas instalações.

No desenvolvimento da pesquisa com visitas in loco e entrevistas na comunidade, os principais desafios a serem vencidos esteve relacionado ao acesso às localidades e as raízes culturais, que por desconhecer dos mecanismos de funcionamento do sistema, acabavam manejando os componentes do sistema fotovoltaico para outros fins. As baterias eram utilizadas para caçar durante a noite e ao retornar, passavam a ser alocadas com a polaridade invertida. Os painéis fotovoltaicos serviam para secar roupa durante o dia por estarem com uma temperatura elevada e consequentemente, impedida de carregar as baterias. Por essas e outras atitudes, os sistemas fotovoltaicos se tornavam ineficientes.

Pode-se constatar que qualquer órgão federal com interesse em utilizar o sistema fotovoltaico poderia ser contemplado, apenas comprovando que sob sua gerência haviam comunidades sem energia elétrica e desatendidas pela concessionária local. Não houve pelo MME, a preocupação de exigir dos órgãos contemplados que cumprissem as políticas públicas definidas pelo PRODEEM.

A CEA esteve responsável pela maior parte das instalações dos sistemas fotovoltaicos no estado e conforme a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a distribuidora também se responsabilizaria por manter o sistema em operação. Em caso de problemas técnicos, a distribuidora apenas orientou a comunidade de comunica-la.

Também pode-se constatar que as comunidades com acesso rodoviário, mesmo em estradas vicinais e sem pavimentação asfáltica, receberam atendimento elétrico por meio de linhas de distribuição convencional do programa Luz para Todos e houve a remoção dos sistemas fotovoltaicos. As comunidades que se encontravam em localidades, cujo acesso teve de ser fluvial ou marítimo em áreas de proteção ambiental ou não, obtiveram revitalização do sistema fotovoltaico com o repasse da responsabilidade de operação à entidade atendida.

Na Fig. 3 é possível relacionar os sistemas fotovoltaicos removidos, não encontrados e existentes em relação ao grau de dificuldade de acesso. Percebe-se que os sistemas removidos tiveram um grau de dificuldade de acesso igual ou abaixo de 5, representando, aproximadamente, 54 % do grupo de amostras abordado.

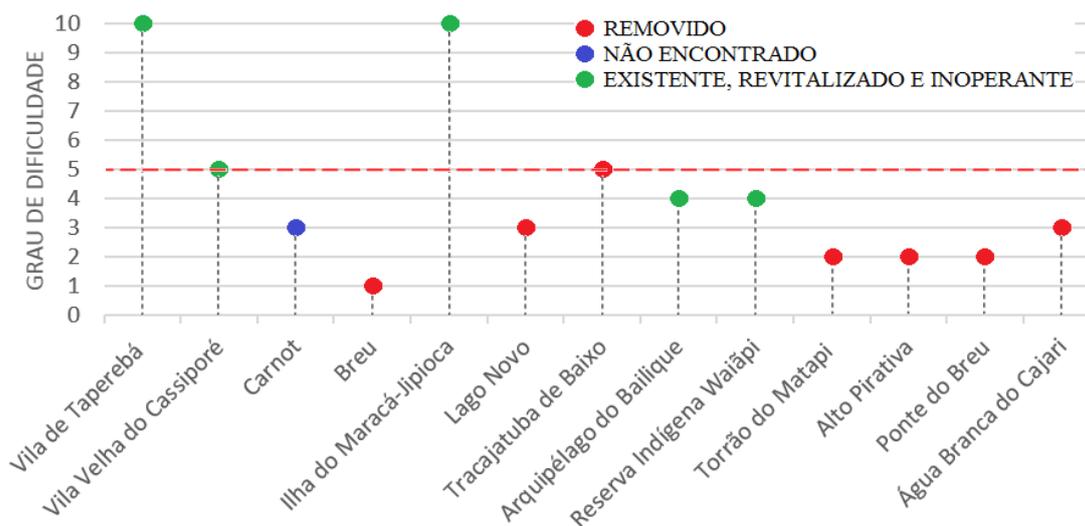


Figura 3 – Atual Situação dos Sistemas Fotovoltaicos em Relação ao Grau de Dificuldade de Acesso.

Os sistemas fotovoltaicos instalados no estado do Amapá por meio do PRODEEM, foram direcionados para atender escolas, postos de saúde ou bombeamento de água. Com sua incorporação pelo programa Luz para Todos, o objetivo se estendeu a atender todos os domicílios da comunidade, como o que ocorreu no estado do Acre e do Maranhão, que posteriormente repassou a responsabilidade de manutenção a concessionária de energia elétrica local (Eletrobrás-Eletronorte, 2013).

Em Xapuri - AC, a eletrificação da comunidade ocorreu com sucesso por meio de Sistemas Individuais de Geração de Energia Elétrica com Fontes Intermitentes (SIGFI), e nos Lençóis Maranhenses - MA teve a utilização de um sistema híbrido (fotovoltaico e eólico). Em ambos, houve a parceria entre empresas privadas do segmento tecnológico e órgãos públicos, tanto na esfera municipal, estadual e federal com a participação da universidade.

O estado de São Paulo possui um envolvimento com energia renováveis bem consolidado. E a experiência obtida no âmbito da eletrificação rural fotovoltaica revelam projetos bem-sucedidos e outros fracassados que além de resultar nos desperdícios de recursos leva à perda da credibilidade da tecnologia fotovoltaica. Estudos e pesquisas referentes ao assunto, levam principalmente, à falta de treinamento específico que garanta a manutenção e a sustentabilidade dos equipamentos instalados (Guerra; Zilles; Shalders Neto, 2000)

4. CONCLUSÃO

De acordo com o desenvolvimento dessa pesquisa pode-se observar que, para o estado do Amapá, apesar do PRODEEM ter uma política pública de revitalização bem elaborada que teve sua incorporação pelo programa Luz para Todos, na sua execução não foram cumpridas algumas etapas desse planejamento, como: treinamento de pessoal da comunidade para operação e manutenção dos equipamentos; acompanhamento por uma pessoa da comunidade que seria incumbida de informar ao órgão responsável pelo sistema o *status* de funcionamento; e definição de um único órgão responsável por todos os sistemas fotovoltaicos no estado.

As revitalizações executadas, apenas substituíram os equipamentos danificados e tiveram o acompanhamento de funcionários dos órgãos gestores, que recebiam informações do funcionamento do sistema, entretanto, sem qualquer treinamento específico de operação e manutenção. Repetindo os mesmos erros que levaram ao insucesso dos sistemas fotovoltaicos anteriores, os sistemas revitalizados permanecem fora de operação devido a problemas técnicos, em muitos casos, relacionados a bateria.

De posse da análise da pesquisa de campo, se comprovou que a causa que levou ao insucesso das implantações e revitalizações dos sistemas fotovoltaicos, estão relacionadas com o desacordo na execução das políticas públicas recomendadas pelo PRC-PRODEEM no âmbito do Luz para Todos, que garanti uma manutenção periódica e permite que o sistema continue em operação, evitando assim problemas comuns, como o fim da vida útil de uma bateria.

Conclui-se que existem muitos desafios a serem enfrentados pelo programa com: acesso às localidades; autorizações de órgãos responsáveis por áreas protegidas; apoio técnico; desenvolvimento e aperfeiçoamento de projetos específicos para cada tipo de comunidade; de que a concessionária de distribuição de energia elétrica assuma a responsabilidade pelos sistemas fotovoltaicos implantados; e até de conscientização das populações envolvidas, mostrando a importância dos equipamentos que compõe o sistema de geração e que não podem ser utilizados para outros fins. A pesquisa também concluiu que, a exemplos de outros estados brasileiros, citados anteriormente, a parceria entre os diversos segmentos do governo federal, estadual e municipal, assim como empresas privadas de desenvolvimento tecnológico e a universidade, é fundamental para que os desafios sejam superados.

Agradecimentos

Este trabalho foi realizado no âmbito do projeto de pesquisa Desenvolvimento de Kit Educacional para Capacitação de Agentes Indígenas com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq (Chamada Nº 18/2013 MCTI/CNPq/SPM-PR/Petrobras - Meninas e Jovens).

REFERÊNCIAS

- Eletrobrás-Eletronorte, 2013. Gerência de Obras e Apoio aos Estados Pará e Amapá. Divisão de Engenharia do Amapá. Luz para Todos no Estado do Amapá. Macapá: EPA; EPAP.
- Fugimoto, S. K., 2005. A Universalização do Serviço de Energia Elétrica: Acesso e Uso Contínuo. Dissertação (Mestrado) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Galdino, M. A.; Lima, J. H. G, 2002. PRODEEM - O Programa Nacional de Eletrificação Rural Baseado em Energia Solar Fotovoltaica. In: Anais do IX Congresso Brasileiro de Energia-CBE.
- Guerra, M. J.; Zilles, R.; Shalders Neto, A.; 2000. A eletrificação fotovoltaica e a necessidade de treinamento. In: 3o. Encontro de Energia no Meio Rural, 2000, Campinas, SP. CD AGRENER 2000. Campinas, SP: NIPE, Unicamp.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios: Tabela 1959 - Domicílios particulares permanentes e Moradores em domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento mensal domiciliar, situação do domicílio e iluminação elétrica. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=pnad&o=3&i=P&c=1959#nota>>. Acessado em: 06 de Agosto de 2015.
- Iepé – Instituto de Pesquisa e Formação Indígena, 2011. Terra Indígena Wajãpi: Da Demarcação às Experiências de Gestão Territorial. Disponível em: <http://www.institutoiepe.org.br/media/livros/Livro_Terra_Indigena_Wajapi.pdf>. Acessado em: novembro de 2014.
- MME – Ministério de Minas e Energia, 2004. Plano de revitalização e capacitação Prodeem. Brasília: 2004. Disponível em: <<http://www.mme.gov.br>>. Acessado em: 07 Agosto 2015.
- MPAP – Ministério Público do Estado do Amapá, 2011. Divisão Político-Administrativa e População. Disponível em: <<http://www.mpap.mp.br/meio-ambiente/111-noticias-prodemac/190-divisao-politico-administrativa-e-populacao>>. Acessado em: 20 de julho de 2015.
- Poppe, M. K., 2003. Seminário Reestruturação do PRODEEM. Brasília: Secretaria de Energia/MME.

**PHOTOVOLTAIC SYSTEMS IMPLEMENTATION IN REMOTE COMMUNITIES IN AMAPÁ STATE:
PUBLIC POLICY, CHALLENGES AND POSSIBILITIES**

Abstract. *This research examined the public policy of revitalization of photovoltaic systems implemented under the Light for All Program in the state of Amapá. The revitalized systems are those installed by the extinct Energy Development Program in the States and Municipalities (PRODEEM), and who were out of operation. The qualitative-quantitative research was field involving the agencies and communities where such systems have been installed. Their goal was to analyze the procedure of renovations and to list the challenges and the possibilities of using this technology. In the analysis, it was found that the revitalizations were carried out in disagreement of the guidelines the PRODEEM before its incorporation into the Light for All Program, concluded that it was repeating the same errors of the past.*

Key words: *Public Policy, Photovoltaic Systems, Remote Communities.*